

MPV 959/2020

Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga a vacatio legis da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.



Emenda nº

Insira-se onde couber o seguinte dispositivo:

Art. Fica assegurado o pagamento retroativo do auxílio emergencial, de que trata o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para toda a população que, por problemas cadastrais, não acessaram o benefício no início da provisão.

JUSTIFICAÇÃO:

As inúmeras dificuldades operacionais no cadastro e liberação de benefícios por parte do governo têm implicado em atraso e prejuízo para os beneficiários. São famílias que em muitos casos precisam recorrer ao endividamento para assegurar as condições mínimas de sobrevivência.

Por se tratar de falhas causadas pelo governo, a responsabilidade pelos atrasos deve ser arcada e deve ser assegurado o ressarcimento ao beneficiário de prejuízos causados por falhas da burocracia.

Sala de Comissões, 04 de maio de 2020.

DANILO CABRAL

PSB/PE



CD/20589.57039-00